

SUMÁRIO

1 - Introdução	17
2 - DIREITOS FUNDAMENTAIS	19
2.1 - Algumas Características Peculiares dos Direitos Fundamentais	28
2.1.1 - Fundamentalidade	28
2.1.2 - Universalidade	29
2.1.3 - Internacionalização	30
2.1.4 - Inalienabilidade	30
2.1.5 - Indivisibilidade e irrenunciabilidade	31
2.1.6 - Historicidade	33
2.1.7 - Limitabilidade	33
2.1.8 - Positividade e constitucionalidade	34
2.1.9 - Sistemacidade, inter-relação e interdependência	35
2.1.10 - Abertura	35
2.1.11 - Aplicabilidade imediata	37
2.1.12 - Restringibilidade excepcional	40
2.1.13 - Proibição de retrocesso	40
3 - DIREITO À SAÚDE	43
3.1 - Evolução Histórica	44
3.2 - Conceito de Saúde	47
3.3 - Saúde no Direito Estrangeiro	52
3.3.1 - Tratados internacionais	53
3.3.2 - Integração entre direito interno e direito internacional	58



3.3 - Hierarquia das normas de direitos humanos oriundas de tratados internacionais no contexto constitucional brasileiro	61
3.3.4 - Direito à saúde na Constituição espanhola	63
3.3.5 - Direito à saúde na Constituição portuguesa	65
3.4 - Saúde no Ordenamento Jurídico Brasileiro	73
3.4.1 - Previsão do direito fundamental à saúde na Constituição de 1988	76
3.4.2 - Competências: legislativa e material	83
3.4.2.1 - Competência legislativa	83
3.4.2.2 - Competência material	89
3.4.3 - Dimensões negativas e positivas do direito à saúde	94
3.4.3.1 - Dimensão negativa do direito à saúde	95
3.4.3.2 - Dimensão positiva do direito à saúde	97
3.4.4 - Direito sanitário	99
3.4.5 - O significado da expressão “relevância pública”	102
4 - TUTELA JURISDICIONAL COLETIVA	107
4.1 - Análise Terminológica	108
4.1.1 - A diferença entre “interesse” e “direito”	109
4.1.2 - Interesse público, privado ou social: interesse público primário e interesse público secundário ...	112
4.1.2.1 - Os interesses difusos	115
4.1.2.2 - Os interesses coletivos	116
4.1.2.3 - Os interesses individuais homogêneos ...	117
4.2 - Objetivo	119
4.2.1 - Economia processual	121
4.2.2 - Acesso à justiça	126
4.2.3 - Efetividade do direito material	129
4.3 - Legitimidade	130
4.3.1 - Legitimidade ativa	133

4.3.2 - Legitimidade passiva	140
4.4 - Litispendência	147
4.5 - Coisa Julgada	158
 5 - A TUTELA COLETIVA COMO INSTRUMENTO DE CONCRETIZAÇÃO DO DIREITO FUNDAMENTAL À SAÚDE	 175
5.1 - Ação Civil Pública	175
5.1.1 - Histórico da ação civil pública no Brasil	176
5.1.2 - Definição de ação civil pública	182
5.1.3 - Objeto da ação civil pública	184
5.1.4 - Legitimidade para agir	188
5.1.5 - Competência	197
5.1.6 - Coisa julgada	205
5.2 - Ação Popular	214
5.2.1 - Histórico da ação popular no Brasil	215
5.2.2 - Definição de ação popular no ordenamento jurídico brasileiro	223
5.2.3 - Objeto da ação popular	226
5.2.4 - Legitimidade ativa	231
5.2.5 - Legitimidade passiva	239
5.2.6 - Competência	243
5.2.7 - Coisa julgada	248
 6 - ATUAÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO NA EFETIVA- ÇÃO DO DIREITO FUNDAMENTAL À SAÚDE: ANÁ- LISE ACERCA DE ALGUMAS SITUAÇÕES	 253
6.1 - Os Mecanismos de Efetivação do Direito Funda- mental à Saúde à Disposição do Poder Judiciário	255
6.2 - O Magistrado e sua Atuação Frente à Efetividade do Direito Fundamental à Saúde	261
6.2.1 - Princípio da tripartição dos poderes: interfe- rência do magistrado como <i>legislador positivo</i>	263

6.2.2 - Como sopesar o direito inerente à discricio- nriedade do administrador <i>quando da efetividade praticada pelo magistrado?</i>	270
6.3 - Relativização da “Reserva do Possível” Quando da Efetividade de Direitos Fundamentais	273
7 - CONCLUSÕES	279
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	291